

## Quais as armadilhas econômicas da PEC de 'bondades' para 2023

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Governo tem pressa para aprovar texto que decreta emergência e amplia benefícios em 2022, mas proposta tem votação adiada na Câmara. O 'Nexo' mostra como o pacote pode ricochetear além do ano eleitoral

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do "pacote de bondades" do governo de Jair Bolsonaro foi aprovada na quinta-feira (7) em comissão especial da Câmara dos Deputados. Numa derrota para o presidente, a votação em plenário, que chegou a começar no mesmo dia, foi adiada para terça-feira (12) pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). Ele não quis arriscar votar o projeto com baixo quórum – uma PEC precisa do apoio de pelo menos 308 deputados, em dois turnos.

O texto decreta estado de emergência para driblar regras fiscais e a lei eleitoral e, assim, ampliar benefícios sociais existentes e criar outros novos. No Senado, foi aprovado por quase unanimidade. O governo tem pressa para garantir a promulgação da emenda e liberar o pagamento dos auxílios, numa aposta de Bolsonaro para melhorar o quadro social brasileiro a três meses das eleições de outubro.

Pré-candidato pelo PL, o presidente está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que fez uma gestão marcada por programas sociais como o Bolsa Família.

As medidas da PEC valem apenas para 2022, mas deixam armadilhas para o ano seguinte, primeiro ano do mandato presidencial que vai até 2026. Neste texto, o Nexo explica por que o pacote de bondades pode complicar a situação social, fiscal e inflacionária em 2023.

O que há na PEC

### ESTADO DE EMERGÊNCIA

O texto prevê a decretação de estado de emergência pela crise dos combustíveis para permitir que os recursos driblem regras fiscais e a lei eleitoral em 2022. A criação de benefícios é proibida em ano de pleito, exceção feita a casos de emergência ou calamidade pública. A legalidade da manobra do estado de emergência é questionada por especialistas.

### AUXÍLIO BRASIL: AUMENTO E FILA ZERADA

A proposta é zerar a fila do Auxílio Brasil, benefício criado pelo governo Bolsonaro para substituir o Bolsa Família. A partir de julho, 1,6 milhão de famílias que aguardam o benefício podem ser incluídas para recebê-lo. O auxílio também passa de R\$ 400 para R\$ 600. O gasto previsto até o fim de 2022 é de R\$ 26 bilhões

### VALE-GÁS EM DOBRO

O valor do benefício, criado no final de 2021 para ajudar famílias de baixa renda a ter acesso ao gás de cozinha, passa de R\$ 53 a cada dois meses para R\$ 120 por bimestre. Gasto até o fim de 2022: R\$ 1 bilhão

## VOUCHER CAMINHONEIRO

A proposta prevê pagamento de uma bolsa de R\$ 1.000 mensais a caminhoneiros autônomos, uma forma de beneficiar a categoria num momento de alta do diesel. Esses profissionais precisam estar cadastrados em registro nacional até 31 de maio de 2022 para receber (a data anterior à apresentação da PEC busca evitar “recebimento indevido”). Gasto até o fim de 2022: R\$ 5,4 bilhões

## BENEFÍCIO A TAXISTAS

Benefício a ser pago a taxistas, cujo valor e operacionalização ainda não foram definidos. Gasto até o fim de 2022: R\$ 2 bilhões

## GRATUIDADE A IDOSOS NO TRANSPORTE

O texto inclui compensação ao setor de transporte para atender à gratuidade de passageiros idosos nos transportes públicos urbanos e metropolitanos. Gasto até o fim de 2022: R\$ 2,5 bilhões

## SUBSÍDIOS À CADEIA DE ETANOL

Compensação financeira à cadeia produtiva do etanol. A ideia é promover a competitividade do produto frente ao diesel. Gasto até o fim de 2022: R\$ 3,8 bilhões

## ALIMENTA BRASIL

O programa Alimenta Brasil – que determina compra de alimentos de pequenos agricultores – receberá um suplemento orçamentário. Gasto até o fim de 2022: R\$ 500 milhões

R\$ 41,25 bilhões

é o gasto total estimado com as medidas do pacote

### A armadilha social

As medidas incluídas na PEC têm duração prevista somente até 31 de dezembro de 2022. Elas são a aposta de Bolsonaro para melhorar o quadro social no país nos meses que antecedem as eleições.

O Brasil vive uma grave crise em meados de 2022. Um dos fatores dessa crise é a inflação alta, que é puxada principalmente por combustíveis, mas que atinge também alimentos e outros produtos.

Os combustíveis são, aliás, a justificativa usada pelo governo para decretar estado de emergência. Esses produtos estão pressionados pela alta global do petróleo no contexto da guerra na Ucrânia. A Petrobras mantém a política de repassar os movimentos internacionais do barril aos preços praticados nas refinarias.

Os preços altos no país ajudam a corroer a renda da população. Os salários estão com poder de compra em patamar baixo. O desemprego recua em 2022, baseado principalmente na geração de empregos de baixa remuneração.

Nesse contexto, a pobreza e a fome explodiram. No final de 2020, 19 milhões de pessoas passavam fome no país; no início de 2022, esse número era de 33 milhões, segundo dados da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). A pobreza também subiu com força, chegando a quase 63 milhões de pessoas, segundo o FGV Social. Em grandes cidades, a população de rua aumentou consideravelmente no período.

Medidas como a expansão do Auxílio Brasil e o aumento do vale-gás visam atender a essa parcela vulnerável da população. Mas a vigência somente até o final do ano gera incertezas sobre o quadro social

em 2023 – e alimenta o entendimento de que se trata de um pacote eleitoral.

Ao Nexo, no final de junho, Renata Moura Sena, professora de economia da PUC-SP, questionou o fato de as medidas terem duração prevista somente até o final de 2022 e o governo não ter apresentado planos para depois da virada do ano. “Depois de dezembro, o que vai acontecer com essas pessoas? Elas vão voltar para a insegurança alimentar? Elas vão perder [o aumento do] auxílio gás?”, disse.

Raciocínio similar foi seguido por Élide Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e professora do curso de administração pública da FGV-EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Em 1º de julho, ela disse ao Nexo que o estado de emergência não é uma saída legítima para a situação.

“Legítimo seria a gente planejar políticas públicas que não durassem só até o processo eleitoral. O que acontece em 1º de janeiro de 2023? Você tira todo esse suporte aos mais pobres”, disse.

#### A armadilha fiscal

A PEC prevê que as medidas sejam aplicadas somente até o final de 2022. Mas a política de zerar a fila do Auxílio Brasil deve ter caráter permanente, gerando um gasto na ordem de R\$ 7,7 bilhões ao ano após 2022.

Há também a possibilidade de que as medidas sejam, em algum momento, prorrogadas para 2023. Ao jornal Valor Econômico, o economista Bernard Appy afirmou que a redução dos benefícios a partir de 1º de janeiro é “como botar pasta de dente de volta no tubo”: “a partir do momento que tirou, é muito difícil colocar de novo para dentro”.

Mesmo se isso não acontecer, o pacote fica marcado pelo aumento do risco fiscal. Em relatório publicado na quarta-feira (6), economistas da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) afirmaram que a medida “aumenta o risco para as contas públicas no médio prazo e sinaliza falta de compromisso com a disciplina fiscal”, afirmou.

Essa piora vem da ideia de que o governo irá aumentar os gastos de forma significativa, o levando a um aumento da dívida pública e aumentando a possibilidade de o governo não conseguir honrar os compromissos com seus credores.

Se há maior percepção de risco, os agentes de mercado cobram um prêmio cada vez maior para emprestar dinheiro ao poder público – o que acontece via compra de títulos públicos. Isso significa que tende a haver um aumento dos juros.

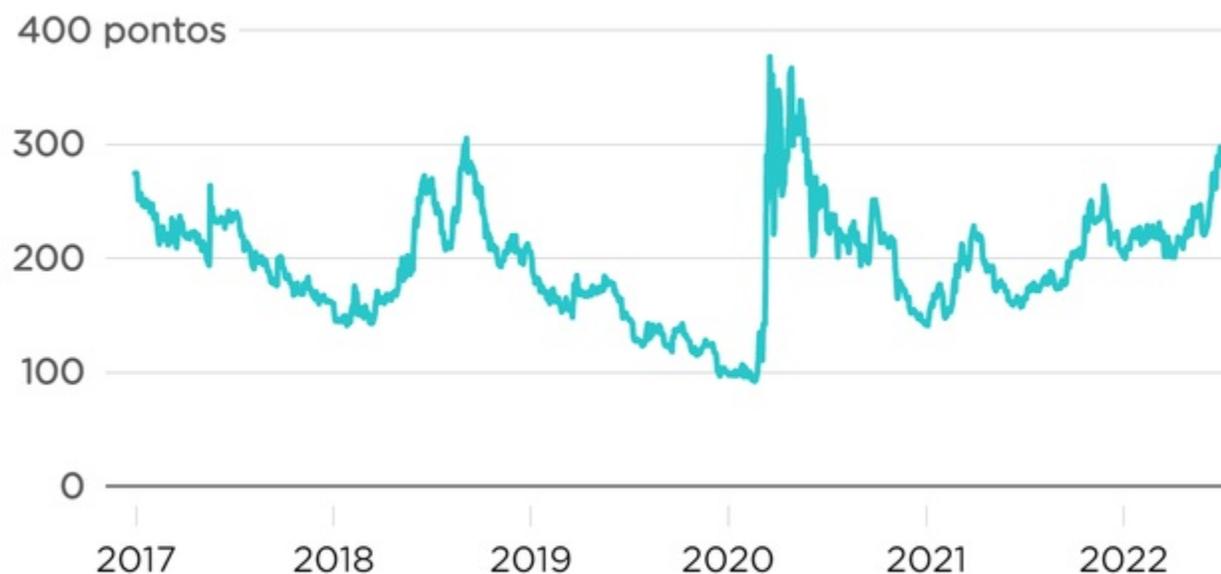
Uma forma de medir a percepção sobre o Brasil é olhando para o chamado “Risco Brasil”. Um dos indicadores usados para medir esse risco é o CDS (Credit Default Swap).

O CDS é um papel negociado diariamente no mercado, que serve como uma espécie de seguro contra inadimplência ou calotes. Como em qualquer seguro, se a percepção de risco é alta, o preço fica mais alto. Quanto mais forte é a perspectiva de que o Brasil representa um investimento arriscado, maior é a procura por esses títulos, e mais alto fica o preço.

Em meados de 2022, o “risco Brasil” medido pelo CDS atingiu seu maior nível desde o início da pandemia de covid-19 no primeiro semestre de 2020. O pico anterior havia sido durante o processo eleitoral de 2018.

Além das questões fiscais brasileiras, pesa também o temor de uma recessão global, que tende a levar investidores a deixarem países emergentes para colocar seu dinheiro em ativos mais seguros, como títulos da dívida americana.

## Trajectoria do CDS de cinco anos do Brasil



Fonte: Investing.com

NEXO

Forte alta em 2020, no início da pandemia. Depois, cai, estabiliza e volta a subir bem em meados de 2022.

De acordo com economistas ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo, o aumento do risco reflete também uma perda de credibilidade das regras fiscais brasileiras.

O teto de gastos, que passou a valer na virada de 2016 para 2017, foi driblado em diferentes ocasiões pelo governo Bolsonaro. Antes do pacote de bondades, a última delas havia sido a PEC dos Precatórios, que mudou o cálculo do teto e prorrogou o pagamento de dívidas judiciais do governo para abrir, ao todo, mais de R\$ 100 bilhões em espaço orçamentário em 2022.

### A armadilha da inflação

Embora não seja um consenso entre economistas, há muitos que associam uma piora da situação fiscal a um aumento da inflação.

O entendimento é que, se o risco de colocar dinheiro no Brasil subir, a tendência é que investidores estrangeiros tirem recursos do país – ou então deixem de entrar com dólares. Se isso acontecer, haverá uma saída de moeda americana do Brasil, o que significa uma desvalorização do real frente ao dólar.

O câmbio mais alto terá reflexo para a população. Produtos importados ou bens que são cotados em dólares – como o petróleo e outras commodities – ficarão mais caros, e haverá um impulso de alta de preços no país. Num momento de inflação já alta, como em 2022, isso pode levar a uma nova alta dos juros, esfriando a atividade econômica e piorando as condições de investimentos e contratações. Mesmo em um eventual contexto de desaceleração inflacionária – seja pela baixa do petróleo ou pelas mudanças na tributação de combustíveis –, o risco fiscal pode atrapalhar esse movimento.

Há um outro possível canal de estímulo à inflação. Dado que uma injeção de dinheiro na economia pode levar a um aquecimento da atividade, isso pode manter a demanda na economia em patamares relativamente elevados, ajudando a alimentar a inflação. É o que apontaram economistas ouvidos pelo jornal Valor Econômico.

Ou seja, é possível que o pacote do governo Bolsonaro para melhorar as condições sociais no país acabem agravando o problema do avanço dos preços. Entre agentes de mercado, já há registro de piora

das projeções de inflação para 2023, conforme mostrou reportagem do jornal Folha de S.Paulo. E essas expectativas são importantes para a formação de preços, como o Nexo explicou neste texto.

O impacto para além de 2022 e 2023

A PEC das bondades também deve deixar impactos negativos de mais longo prazo, e não só no campo econômico. Élica Graziane disse ao Nexo que o pacote também abre precedentes perigosos para o futuro brasileiro – inclusive do ponto de vista da democracia. Isso porque corrói a credibilidade das leis brasileiras, não apenas fiscais como eleitorais.

“Esse estado de emergência às vésperas da eleição efetivamente compromete muito a nossa capacidade de assegurar eleições equilibradas e justas. Tem uma disparidade profunda de armas, além do comprometimento da saúde das contas públicas”, afirmou.

“Abre-se um precedente perigoso para todo futuro presidente fazer o mesmo. Basta aprovar no ‘tapetão’ uma alteração na Constituição que suspende as restrições eleitorais e fiscais”, disse Graziane.